Ano VII, v.1 2026 | submissão: 16/07/2026 | aceito: 19/07/2026 | publicação: 22/07/2026

A Trajetória de uma Estudante Negra na Universidade: Estrangeiridade, (Im)Pertinências e Sofrimento Psíquico

The Trajectory of a Black Female Student in Higher Education: Foreignness, (Dis)Belonging, and Psychological Suffering

La Trayectoria de una Estudiante Negra en la Universidad: Extranjeridad, (Im)Pertinencias y Sufrimiento Psíquico

Francélio Ângelo de Oliveira – oliveira.angelo@ifce.edu.br

Resumo: Este artigo analisa a experiência de uma estudante negra no curso de Direito de uma universidade privada em Fortaleza, Ceará, com foco nas manifestações de racismo e seus efeitos na constituição subjetiva. Parte-se do pressuposto de que o racismo, no contexto universitário, opera não apenas por meio de práticas discriminatórias explícitas, mas também por mecanismos sutis de deslegitimação intelectual e exclusão simbólica. O objetivo consiste em compreender como essas dinâmicas incidem sobre a trajetória acadêmica e produzem sentimentos de não pertencimento, estrangeiridade e sofrimento psíquico. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza interpretativa, baseada em entrevista semiestruturada, cuja análise foi orientada por uma perspectiva hermenêutico-psicanalítica, articulada aos estudos críticos sobre raça. Os resultados evidenciam que a participante é submetida a uma lógica de prova constante de sua capacidade intelectual, revelando a persistência de processos de desumanização e epistemicídio no interior da universidade. Tais experiências produzem efeitos subjetivos significativos, incluindo angústia, desejo de desistência e isolamento, ao mesmo tempo em que mobilizam estratégias de resistência e afirmação. Conclui-se que a universidade, embora amplie o acesso, ainda reproduz estruturas raciais que comprometem a permanência e o reconhecimento de estudantes negros, exigindo a implementação de práticas institucionais efetivamente antirracistas.

Palavras-chave: racismo; universidade; sofrimento psíquico; negritude; epistemicídio.

Abstract: This article analyzes the experience of a Black female student in a Law program at a private university in Fortaleza, Ceará, focusing on manifestations of racism and their effects on subjective constitution. It is based on the assumption that racism in the university context operates not only through explicit discriminatory practices, but also through subtle mechanisms of intellectual delegitimization and symbolic exclusion. The objective is to understand how these dynamics affect the academic trajectory and produce feelings of non-belonging, foreignness, and psychological suffering. This is a qualitative, interpretative study based on a semi-structured interview, analyzed through a hermeneutic-psychoanalytic approach articulated with critical race studies. The results show that the participant is subjected to a constant need to prove her intellectual capacity, revealing the persistence of processes of dehumanization and epistemicide within the university. These experiences produce significant subjective effects, including distress, desire to give up, and isolation, while also mobilizing strategies of resistance and self-affirmation. It is concluded that, although universities have expanded access, they still reproduce racial structures that compromise the permanence and recognition of Black students, demanding the implementation of effectively anti-racist institutional practices.

Keywords: racism; university; psychological suffering; Black woman; epistemicide.

Resumen: Este artículo analiza la experiencia de una estudiante negra de la carrera de Derecho de una universidad privada de Fortaleza, Ceará, centrándose en las manifestaciones de racismo

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 16/07/2026 | aceito: 19/07/2026 | publicação: 22/07/2026

y sus efectos en la constitución subjetiva. Se parte del supuesto de que el racismo, en el contexto universitario, opera no solo mediante prácticas discriminatorias explícitas, sino también a través de mecanismos sutiles de deslegitimación intelectual y exclusión simbólica. El objetivo consiste en comprender cómo estas dinámicas inciden en la trayectoria académica y producen sentimientos de no pertenencia, extranjeridad y sufrimiento psíquico. Se trata de una investigación cualitativa, de naturaleza interpretativa, basada en una entrevista semiestructurada, cuyo análisis estuvo orientado por una perspectiva hermenéutico-psicoanalítica articulada con los estudios críticos sobre raza. Los resultados muestran que la participante es sometida a una lógica de prueba constante de su capacidad intelectual, lo que revela la persistencia de procesos de deshumanización y epistemicidio dentro de la universidad. Tales experiencias producen efectos subjetivos significativos, entre ellos angustia, deseo de desistir y aislamiento, al tiempo que movilizan estrategias de resistencia y afirmación. Se concluye que la universidad, aunque amplía el acceso, todavía reproduce estructuras raciales que comprometen la permanencia y el reconocimiento de estudiantes negros, lo que exige la implementación de prácticas institucionales efectivamente antirracistas.

Palabras clave: racismo; universidad; sufrimiento psíquico; negritud; epistemicidio.

1. Introdução

A presença de sujeitos negros no ensino superior brasileiro, embora ampliada nas últimas décadas por políticas de democratização do acesso, permanece atravessada por tensões estruturais que revelam a persistência de hierarquias raciais no interior das instituições universitárias (Ristoff, 2014). Mais do que um espaço neutro de produção e circulação de saber, a universidade configura-se como um campo de disputas simbólicas no qual se atualizam formas históricas de exclusão, deslegitimação e violência racial (HOOKS, 2013; MBEMBE, 2014).

Este artigo tem como objeto de investigação a trajetória de uma mulher negra, estudante do curso de Direito de uma universidade privada em Fortaleza, Ceará, cuja experiência acadêmica é marcada por episódios recorrentes de racismo, desqualificação intelectual e sofrimento psíquico. Parte-se do entendimento de que tais experiências não constituem eventos isolados, mas expressões de uma lógica estrutural que organiza as relações raciais no Brasil e incide diretamente sobre os processos de subjetivação de estudantes negros.

Intenciona-se por meio deste estudo, analisar, à luz de uma abordagem qualitativa e interpretativa, os modos pelos quais o racismo se manifesta no cotidiano universitário e os efeitos subjetivos decorrentes dessas experiências, com ênfase na produção de sentimentos de não pertencimento, estrangeiridade e na necessidade constante de validação intelectual. Busca-se, ainda, compreender como tais experiências se articulam com processos históricos de desumanização da população negra, especialmente no que concerne à negação de sua condição de sujeito epistêmico.

O aporte teórico que sustenta esta análise articula três eixos principais: (i) os estudos críticos sobre raça e racismo, com destaque para a noção de linha da cor e dupla consciência formuladas por W. E. B. Du Bois (1999), (ii) as contribuições da teoria social brasileira acerca do racismo estrutural e do epistemicídio, e (iii) a psicopatologia fundamental e a psicanálise, enquanto campos que permitem compreender os efeitos do racismo na constituição psíquica do sujeito.

No que se refere à contribuição de Du Bois (1999), destaca-se a formulação segundo a qual "o problema do século XX é o problema da linha da cor", indicando que as relações raciais constituem um eixo estruturante das dinâmicas sociais modernas. Tal proposição mantém-se atual ao evidenciar que o pertencimento racial continua operando como marcador de inclusão e exclusão em diferentes esferas sociais, incluindo o espaço universitário. Ainda em sua obra, o autor descreve a experiência da dupla consciência como a condição de "sempre olhar a si próprio através dos olhos de outros", conceito que se mostra particularmente fecundo para compreender os processos de autoavaliação e vigilância constantes vivenciados por estudantes negros em contextos acadêmicos.

A partir dessas bases, o problema de pesquisa que orienta este estudo pode ser assim formulado: de que modo o racismo, em suas formas contemporâneas, incide sobre a experiência universitária de uma estudante negra, produzindo efeitos de deslegitimação intelectual, estrangeirização e sofrimento psíquico? A problemática que emerge dessa questão envolve não apenas a identificação de práticas discriminatórias, mas a compreensão dos mecanismos simbólicos e institucionais que sustentam a suspeição permanente sobre a capacidade intelectual do sujeito negro.

O estado da arte sobre o tema evidencia avanços importantes na compreensão do racismo no ensino superior, especialmente no que se refere às políticas de acesso e permanência. Contudo, ainda se observam lacunas significativas no que diz respeito à análise das experiências subjetivas de estudantes negros, sobretudo quando articuladas à dimensão psíquica do sofrimento e às formas sutis de deslegitimação intelectual. Predomina, em muitos estudos, uma abordagem mais estrutural ou quantitativa, que, embora fundamental, tende a subestimar os efeitos micropolíticos do racismo no cotidiano acadêmico.

Além disso, persiste um impasse teórico relevante: enquanto parte da literatura enfatiza o racismo como estrutura social objetiva, outra vertente privilegia a dimensão subjetiva e experiencial, sem, contudo, promover uma articulação consistente entre ambas. Este artigo se insere precisamente nesse ponto de tensão, propondo uma análise que busca integrar a dimensão estrutural do racismo com seus efeitos na constituição psíquica do sujeito.

A relevância desta pesquisa justifica-se, portanto, por três razões principais. Em primeiro lugar, contribui para o aprofundamento do debate sobre racismo no ensino superior, deslocando o foco do acesso para a experiência de permanência e suas implicações subjetivas. Em segundo lugar, oferece uma articulação teórico-analítica entre estudos raciais e psicanálise, ainda pouco explorada na literatura brasileira. Por fim, ao dar centralidade à narrativa de uma mulher negra, o estudo tensiona os processos de invisibilização e silenciamento que historicamente marcaram a produção de conhecimento sobre a população negra, afirmando a legitimidade de sua experiência como fonte de saber.

Dessa forma, este artigo busca não apenas descrever uma trajetória individual, mas evidenciar como, no interior da universidade, persistem dispositivos que reiteram a condição do sujeito negro como estrangeiro em sua própria terra — condição esta que, longe de ser apenas simbólica, produz efeitos concretos sobre sua existência, sua saúde mental e sua possibilidade de reconhecimento como sujeito de conhecimento.

2. Marco Teórico

A compreensão das experiências de sujeitos negros no ensino superior exige o deslocamento de análises que tratam o racismo como evento episódico para uma abordagem que o reconheça como estrutura constitutiva das relações sociais. Nesse sentido, o racismo não se reduz a práticas discriminatórias explícitas, mas configura-se como um dispositivo histórico de produção de subjetividades, saberes e hierarquias, incidindo tanto sobre os corpos quanto sobre os modos de reconhecimento do sujeito enquanto humano. Essa perspectiva permite compreender que a universidade, longe de constituir um espaço neutro, inscreve-se em uma tradição de produção de conhecimento marcada por processos de exclusão racial, nos quais a população negra foi sistematicamente posicionada como objeto, e não como sujeito do saber.

A desumanização da população negra constitui um dos eixos centrais desse processo. Conforme analisa Frantz Fanon, o racismo opera por meio da construção de um regime de visibilidade no qual o sujeito negro é capturado por uma lógica que o reduz à condição de corpo, interditando sua dimensão simbólica e intelectual. Para Fanon (2008), o negro é constantemente interpelado por um olhar que o fixa em uma posição de alteridade radical, produzindo uma cisão entre o ser e o ser-percebido. Essa cisão não é apenas externa, mas internaliza-se, produzindo efeitos duradouros na constituição psíquica do sujeito, que passa a experienciar a si mesmo a partir de uma exterioridade que o deslegitima.

Essa lógica de desumanização articula-se diretamente com o que Sueli Carneiro denomina de epistemicídio, entendido como o processo sistemático de negação da capacidade cognitiva e intelectual da população negra. Para Carneiro (2005), o epistemicídio não se limita à invisibilização de produções intelectuais negras, mas envolve a própria negação da condição de sujeito de conhecimento. Trata-se, portanto, de um mecanismo que atinge o núcleo daquilo que define o humano em sociedades modernas: a capacidade de pensar, produzir e legitimar saberes. Nesse sentido, o racismo contemporâneo não apenas exclui, mas questiona continuamente a legitimidade da presença negra em espaços de produção de conhecimento, como a universidade.

Tal dinâmica encontra ressonância na análise de W. E. B. Du Bois, ao formular a noção de dupla consciência, segundo a qual o sujeito negro é atravessado por uma experiência de desdobramento, sendo compelido a se perceber através do olhar do outro. Du Bois (1903) descreve essa condição como a experiência de “medir a própria alma pela régua de um mundo que o observa com desprezo e piedade”. Essa formulação é particularmente fecunda para compreender a experiência de estudantes negros em ambientes acadêmicos, nos quais a validação do desempenho intelectual frequentemente depende de uma confirmação externa, marcada por critérios racializados.

A partir dessa perspectiva, é possível afirmar que o racismo opera como uma tecnologia de suspeição permanente, que incide de modo privilegiado sobre o estatuto intelectual do sujeito negro. Diferentemente de outras formas de exclusão, que se limitam à restrição de acesso, o racismo epistêmico atua colocando em dúvida a própria capacidade do sujeito de produzir conhecimento. Esse processo se manifesta, no cotidiano universitário, por meio de práticas aparentemente banais - como o questionamento reiterado de desempenhos acadêmicos - que, no entanto, atualizam uma longa tradição de deslegitimação intelectual da população negra.

Essa tradição está intrinsecamente ligada à constituição histórica da modernidade ocidental, que se estruturou a partir de classificações raciais que hierarquizaram povos e saberes. Como argumenta Achille Mbembe (2014), o racismo é um dos dispositivos centrais da racionalidade moderna, funcionando como operador de distribuição diferencial de humanidade. Nesse contexto, a produção de conhecimento não é um processo neutro, mas atravessado por relações de poder que determinam quem pode falar, sobre o quê e em quais condições.

No âmbito brasileiro, essa lógica se articula a um processo histórico específico, marcado pela abolição formal da escravidão sem a correspondente inclusão social da população negra. A ausência de políticas estruturais de inserção resultou na constituição de espaços sociais profundamente racializados, entre os quais se destaca a universidade. Nesse cenário, a presença

de sujeitos negros nesses espaços não apenas tensiona a ordem estabelecida, mas expõe os mecanismos de exclusão que operam de forma muitas vezes invisibilizada.

É nesse ponto que a noção de estrangeiridade se torna analiticamente central. Conforme desenvolve Catherine Koltai (2000), o estrangeiro não é apenas aquele que vem de fora, mas aquele que, mesmo pertencendo a um determinado território, é simbolicamente deslocado. Trata-se de uma condição produzida pela relação com o outro, na qual o sujeito é constantemente remetido a um lugar de não pertencimento. No caso de estudantes negros, essa estrangeiridade manifesta-se na experiência de estar em um espaço que, embora formalmente acessível, não os reconhece plenamente como seus.

Essa condição é intensificada pela dinâmica descrita por Du Bois (1999) como “o véu”, metáfora que expressa a separação simbólica entre o mundo branco e o mundo negro. O véu não apenas impede o reconhecimento mútuo, mas produz uma forma de visibilidade distorcida, na qual o sujeito negro é visto, mas não reconhecido em sua plenitude. Essa forma de visibilidade parcial é fundamental para compreender a experiência de estudantes negros, que frequentemente são percebidos, mas não legitimados como pertencentes ao espaço acadêmico.

Do ponto de vista psicanalítico, essa experiência pode ser compreendida como um processo de constituição subjetiva atravessado por um Outro que não reconhece o sujeito em sua singularidade. Conforme Sigmund Freud (1914), a constituição do eu está profundamente ligada ao reconhecimento por parte do outro. Quando esse reconhecimento é negado ou distorcido, produzem-se efeitos que podem se manifestar como sofrimento psíquico, angústia e sentimentos de inadequação.

Nesse sentido, o racismo pode ser compreendido como um operador que interfere diretamente nos processos de subjetivação, produzindo formas específicas de sofrimento. Como argumenta Reis Filho (2005), o racismo não é apenas um fenômeno social, mas um elemento que se inscreve na economia psíquica do sujeito, produzindo marcas que atravessam sua relação consigo mesmo e com o mundo. Essas marcas podem se manifestar como sentimentos de não pertencimento, necessidade constante de validação e dificuldade de reconhecimento de si enquanto sujeito legítimo.

A articulação entre racismo, desumanização e subjetivação permite compreender que a experiência de estudantes negros na universidade não pode ser reduzida a dificuldades individuais ou eventuais situações de discriminação. Trata-se de uma experiência estruturada por relações históricas de poder que produzem efeitos concretos na vida dos sujeitos. Nesse contexto, a universidade aparece como um espaço ambíguo: ao mesmo tempo em que oferece

possibilidades de ascensão e reconhecimento, reproduz práticas que reafirmam a exclusão e a deslegitimação.

Essa ambiguidade se expressa de forma particularmente intensa na dimensão intelectual. Se, por um lado, o ingresso na universidade representa o acesso a um espaço de produção de conhecimento, por outro, esse mesmo espaço pode operar como um lugar de constante prova, no qual o sujeito negro é chamado a demonstrar reiteradamente sua capacidade. Essa exigência não é neutra, mas atravessada por uma história de desumanização que associa a negritude à incapacidade intelectual.

Dessa forma, a análise do racismo no ensino superior exige uma abordagem que articule as dimensões histórica, social e psíquica, reconhecendo que os processos de exclusão não se dão apenas no nível institucional, mas também na constituição subjetiva dos sujeitos. Ao integrar essas dimensões, torna-se possível compreender de forma mais ampla os efeitos do racismo e, consequentemente, pensar estratégias que não se limitem à ampliação do acesso, mas que considerem as condições efetivas de permanência e reconhecimento.

Assim, esta fundamentação teórica sustenta a análise proposta neste artigo ao evidenciar que o racismo, ao incidir sobre o estatuto intelectual do sujeito negro, produz não apenas exclusão, mas uma forma específica de sofrimento, marcada pela experiência de estrangeiridade e pela necessidade constante de validação. Trata-se, portanto, de um fenômeno complexo, que exige abordagens igualmente complexas, capazes de articular diferentes campos do conhecimento na compreensão de suas múltiplas dimensões.

3. Material e Método

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso qualitativo, de natureza exploratória e interpretativa, orientado pela compreensão dos sentidos atribuídos pela participante às suas experiências no contexto universitário. Tal abordagem fundamenta-se na tradição dos estudos de caso em pesquisa qualitativa, conforme discutido por autores como Stake (1995; 2005), privilegiando a compreensão aprofundada de fenômenos situados. A escolha metodológica justifica-se pela necessidade de apreender dimensões subjetivas, simbólicas e afetivas implicadas nas vivências de racismo, as quais não se deixam capturar por instrumentos quantitativos, exigindo um olhar atento à singularidade das narrativas.

Como típico de estudos de caso qualitativos, o corpus empírico foi constituído a partir de uma entrevista semiestruturada realizada com uma estudante negra, regularmente matriculada no curso de Direito de uma instituição privada localizada em Fortaleza, Ceará. A

participante foi selecionada por critério intencional, considerando sua trajetória acadêmica e a relevância de suas experiências para os objetivos da pesquisa. A entrevista foi conduzida de modo a favorecer a livre expressão da participante, contemplando eixos temáticos como trajetória educacional, vivências de discriminação racial, relações institucionais, impactos subjetivos e estratégias de enfrentamento.

Após a realização da entrevista, o material foi integralmente transcrito, respeitando-se a fidelidade das falas, e submetido a um processo de leitura flutuante inicial, seguido de análise interpretativa de inspiração hermenêutico-psicanalítica. Esse procedimento consistiu na identificação de núcleos de sentido recorrentes, bem como de elementos discursivos que evidenciam tensões, silêncios e repetições significativas, articulando-os ao referencial teórico adotado.

A análise dos dados não se orientou por categorias previamente fechadas, mas por um movimento dialético entre o material empírico e os aportes teóricos, permitindo que os sentidos emergissem a partir da interlocução entre narrativa e teoria. Nesse processo, buscou-se compreender não apenas o conteúdo explícito das falas, mas também seus efeitos de significação, considerando o racismo como um fenômeno que opera tanto no plano social quanto na constituição psíquica do sujeito.

No que se refere aos aspectos éticos, foram assegurados o anonimato da participante e a confidencialidade das informações, sendo sua identidade preservada ao longo de todo o texto. A participação ocorreu de forma voluntária, mediante consentimento livre e esclarecido, em conformidade com os princípios éticos que regem pesquisas envolvendo seres humanos.

Reconhece-se que a análise empreendida é atravessada pelo lugar do pesquisador, cujas referências teóricas, posicionamento ético-político e implicações subjetivas orientam a leitura e interpretação do material empírico. Longe de comprometer o rigor científico, tal posicionamento é assumido como parte constitutiva de uma abordagem interpretativa, na qual a produção de conhecimento se dá na relação entre sujeito pesquisador e objeto de pesquisa. Dessa forma, a análise não se pretende neutra, mas situada, comprometida com a explicitação de seus pressupostos e com a coerência teórico-metodológica.

Como limitação deste estudo, destaca-se seu caráter singular, uma vez que se trata de um estudo de caso centrado na experiência de uma única participante, situada em um contexto específico — um curso de Direito de uma instituição privada em Fortaleza, Ceará. Tal recorte não permite generalizações de caráter estatístico, mas possibilita uma compreensão aprofundada e situada das dinâmicas analisadas.

Assim, os resultados devem ser compreendidos em sua dimensão analítica e interpretativa, contribuindo para a ampliação do debate teórico e para a problematização de experiências similares em outros contextos. Nesse sentido, a interpretação aqui produzida não é tomada como única ou definitiva, mas como uma dentre outras possíveis leituras, situada histórica e teoricamente.

Dessa forma, o percurso metodológico adotado possibilitou a construção de um material empírico denso, capaz de sustentar uma análise aprofundada das experiências relatadas, articulando-as às dimensões estruturais e subjetivas do racismo no contexto universitário.

4. Resultados e Discussão

A análise da narrativa da participante evidencia que sua experiência na universidade não pode ser compreendida como um conjunto de episódios isolados de discriminação, mas como a manifestação de um regime estruturado de racialização que incide simultaneamente sobre o corpo, o saber e a subjetividade. Desde a primeira resposta, ao afirmar que “ser uma mulher negra [...] são trajetórias de lutas árduas”, a participante não descreve apenas uma condição social, mas inscreve sua existência em um campo de forças no qual raça e gênero operam de maneira articulada, produzindo uma experiência contínua de enfrentamento. Trata-se, portanto, de uma consciência situada, que reconhece o racismo não como exceção, mas como regularidade.

Essa dimensão torna-se ainda mais evidente quando a participante afirma a necessidade de “diariamente [...] afirmar que sou a melhor”. Tal enunciado revela um dos achados centrais desta pesquisa: o racismo contemporâneo, no espaço universitário, não se limita à exclusão direta, mas opera como uma exigência permanente de superdesempenho. O sujeito negro não é apenas convocado a participar, mas a provar reiteradamente sua legitimidade. Esse processo pode ser compreendido à luz da noção de dupla consciência de W. E. B. Du Bois (1999), na medida em que a participante não apenas realiza suas atividades acadêmicas, mas simultaneamente se observa sendo observada, antecipando o julgamento do outro e organizando sua performance em função desse olhar.

Nesse sentido, o episódio relatado na prova em que, mesmo obtendo a nota máxima, sua competência é colocada sob suspeita, não constitui um evento trivial, mas uma atualização concreta do epistemicídio descrito por Sueli Carneiro (2005). A surpresa do professor diante do desempenho da estudante não se refere apenas à nota, mas ao fato de que essa nota foi produzida por um corpo negro. A interpelação pública, exigindo que ela responda “ao vivo”, revela uma

lógica de verificação que não se aplica universalmente, mas que incide seletivamente sobre determinados corpos. Aqui, o saber produzido pela estudante não é imediatamente reconhecido como legítimo; ele precisa ser autenticado. O que está em jogo, portanto, não é apenas o conhecimento, mas o direito de ser reconhecida como sujeito que conhece.

Essa dinâmica evidencia aquilo que Frantz Fanon (2008) descreve como a captura do sujeito negro por um olhar que o fixa em uma posição de exterioridade. A participante não é apenas estudante; ela é constantemente lembrada de sua condição de "outra" dentro do espaço acadêmico. Isso se expressa de forma contundente quando afirma que ser mulher negra na universidade "não é muito diferente de ser mulher negra fora da universidade". Essa afirmação desestabiliza a ideia da universidade como espaço de neutralidade ou meritocracia, indicando que as mesmas estruturas de racialização que operam no exterior são reproduzidas em seu interior.

Os relatos sobre as dificuldades institucionais, especialmente no processo de matrícula, no atendimento da secretaria e no funcionamento do Núcleo de Práticas Jurídicas, revelam a dimensão estrutural do racismo. A recorrência de situações em que a participante é impedida de acessar vagas disponíveis, humilhada publicamente ou preterida em atendimentos evidencia um padrão, e não uma exceção. Aqui, o racismo se manifesta como prática institucional difusa, operando por meio de microdecisões que, acumuladas, produzem efeitos significativos na trajetória acadêmica.

Esse conjunto de experiências pode ser compreendido à luz da análise de Achille Mbembe (2014) sobre a distribuição diferencial de humanidade. Ao ser sistematicamente despriorizada, ignorada ou submetida a obstáculos adicionais, a participante é posicionada em um lugar de menor valor, no qual seu tempo, sua presença e suas demandas não são reconhecidos com a mesma legitimidade que as de seus colegas brancos. Trata-se de uma forma de violência que não se apresenta como explícita, mas que opera por meio da gestão desigual de oportunidades e acessos.

A baixa presença de estudantes negros, apenas três ao longo de toda a graduação, intensifica essa experiência, produzindo um cenário de isolamento racial que reforça a condição de estrangeiridade. Nesse ponto, a análise pode ser articulada à noção de estrangeiro desenvolvida por Catherine Koltai (2000), na qual o sujeito é colocado em uma posição de não pertencimento simbólico. A participante está na universidade, mas não é plenamente reconhecida como parte dela. Esse não pertencimento não é apenas uma percepção subjetiva, mas é continuamente produzido pelas práticas institucionais e pelas interações cotidianas.

Essa condição se articula diretamente com a metáfora do “véu” proposta por Du Bois (1999), na medida em que a participante se move em um espaço no qual é vista, mas não reconhecida em sua plenitude. Ela é percebida como presença, mas não como pertencimento. Esse descompasso entre visibilidade e reconhecimento constitui um dos núcleos do sofrimento relatado.

Os efeitos psíquicos dessas experiências tornam-se explícitos quando a participante relata “adoecimento, vontade de desistir e jogar fora tudo que já havia conquistado”. Aqui, o racismo não aparece apenas como estrutura social, mas como experiência que atravessa o corpo e a subjetividade. A ausência de apoio institucional, especialmente no momento do Trabalho de Conclusão de Curso, intensifica esse sofrimento, revelando uma dimensão particularmente crítica: o abandono institucional como forma de violência.

Do ponto de vista psicanalítico, essa experiência pode ser compreendida como a falha do Outro institucional em oferecer reconhecimento e sustentação simbólica. A universidade, que deveria funcionar como espaço de validação e orientação, aparece, nesse relato, como instância que recusa, silencia e abandona. Esse movimento produz um efeito de desamparo que se traduz em angústia, desespero e desejo de desistência.

No entanto, é precisamente nesse ponto que emerge outro achado relevante: a construção de estratégias de resistência. Ao afirmar que desenvolveu um “sentimento de militância de luta e resistência” e que decidiu “não aceitar os ‘nãos’ como respostas”, a participante evidencia um processo ativo de reconfiguração subjetiva. Essa resistência não elimina o sofrimento, mas permite sua elaboração, transformando-o em motor de ação.

Esse movimento pode ser compreendido como uma tentativa de reinscrição de si em um espaço que a nega. Ao insistir em permanecer, a participante não apenas resiste individualmente, mas tensiona a própria estrutura que a exclui. Trata-se de uma forma de agência que, embora produzida em condições adversas, revela a potência do sujeito frente às tentativas de deslegitimação.

Por fim, a ausência de espaços institucionais para discussão do racismo evidencia uma dimensão estrutural do problema: o silenciamento. Ao afirmar que “nunca tivemos espaço”, a participante aponta para a inexistência de dispositivos institucionais de escuta e reconhecimento. Esse silêncio não é neutro; ele funciona como mecanismo de manutenção das desigualdades, impedindo que as experiências de racismo sejam nomeadas, compartilhadas e enfrentadas coletivamente.

Assim, os dados analisados permitem afirmar que o racismo no contexto universitário investigado opera em múltiplos níveis: como deslegitimação intelectual, como obstáculo

institucional, como produtor de sofrimento psíquico e como mecanismo de estrangeirização. Ao mesmo tempo, evidenciam que, diante dessas condições, o sujeito negro mobiliza estratégias complexas de resistência, que articulam enfrentamento, autoafirmação e permanência.

Dessa forma, o principal achado desta pesquisa reside na compreensão de que o racismo, ao incidir sobre o estatuto do sujeito negro como intelectual, produz uma experiência específica de estar na universidade: uma experiência marcada pela necessidade constante de provar-se, pela sensação de não pertencimento e pela produção de sofrimento, mas também pela construção de formas de resistência que desafiam e tensionam a ordem estabelecida.

5. Considerações Finais

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as experiências de racismo vivenciadas por uma estudante negra no curso de Direito de uma instituição privada, buscando compreender, à luz de referenciais críticos e psicanalíticos, os efeitos dessas experiências sobre sua trajetória acadêmica e sua constituição subjetiva. A partir da análise da narrativa da participante, foi possível evidenciar que o racismo, no contexto investigado, não se apresenta como um conjunto de episódios isolados, mas como uma estrutura que organiza práticas institucionais, relações interpessoais e modos de reconhecimento, incidindo diretamente sobre o estatuto do sujeito negro como intelectual.

Os resultados obtidos confirmam a hipótese de que o racismo contemporâneo, especialmente no espaço universitário, opera de forma sofisticada e difusa, deslocando-se de manifestações abertamente discriminatórias para mecanismos mais sutis de deslegitimação. Entre esses mecanismos, destaca-se a exigência constante de validação da capacidade intelectual, que submete o sujeito negro a uma lógica de prova permanente. Tal dinâmica, interpretada à luz da noção de dupla consciência de W. E. B. Du Bois (1999), revela que a experiência acadêmica da participante é atravessada por um olhar externo que a interpela continuamente, exigindo que ela não apenas produza conhecimento, mas que o legitime em tempo real.

Nesse sentido, o estudo evidencia que o racismo, ao incidir sobre a dimensão intelectual, atualiza processos históricos de desumanização, conforme analisado por Frantz Fanon (2008), ao mesmo tempo em que materializa o epistemicídio descrito por Sueli Carneiro (2005). O que se observa não é apenas a invisibilização de saberes negros, mas a colocação em dúvida da própria capacidade do sujeito negro de produzir conhecimento legítimo. Esse movimento,

reiterado no cotidiano acadêmico, produz efeitos profundos, que se manifestam tanto na trajetória institucional, marcada por obstáculos e desigualdades, quanto na dimensão psíquica, expressa em sentimentos de angústia, desamparo e desejo de desistência.

Outro achado relevante refere-se à experiência de estrangeiridade, evidenciada pela sensação recorrente de não pertencimento. Mesmo inserida formalmente na universidade, a participante relata vivências que a colocam à margem do reconhecimento institucional e simbólico. Essa condição, compreendida à luz das contribuições de Catherine Koltai (2000), indica que o racismo opera não apenas excluindo, mas deslocando o sujeito de um lugar de pertencimento, tornando-o estrangeiro em seu próprio espaço. Tal processo é intensificado pela baixa representatividade de estudantes negros e pela ausência de espaços institucionais de escuta e acolhimento, que poderiam funcionar como dispositivos de elaboração coletiva dessas experiências.

Do ponto de vista institucional, a pesquisa revela que práticas aparentemente burocráticas — como matrícula, atendimento em secretaria e acesso a estágios — podem operar como dispositivos de exclusão, quando atravessadas por relações raciais desiguais. Essas práticas, ao se repetirem, produzem um acúmulo de barreiras que impacta diretamente a permanência e a trajetória acadêmica de estudantes negros. Assim, a universidade, ao mesmo tempo em que se apresenta como espaço de ascensão social, revela-se também como lugar de reprodução de desigualdades, exigindo uma revisão crítica de seus modos de funcionamento.

Entretanto, a análise também evidencia a emergência de estratégias de resistência, que constituem um elemento central na trajetória da participante. Ao transformar o sofrimento em motor de ação, a estudante mobiliza formas de enfrentamento que lhe permitem permanecer e concluir sua formação, mesmo diante das adversidades. Essa resistência, contudo, não deve ser romantizada, pois ocorre em condições de desgaste e sobrecarga, revelando a necessidade urgente de que a responsabilidade pela permanência não recaia exclusivamente sobre o indivíduo.

Dessa forma, conclui-se que a experiência analisada não pode ser compreendida como singular ou excepcional, mas como expressão de uma realidade mais ampla, que atravessa a presença de sujeitos negros no ensino superior brasileiro. O estudo contribui, portanto, para o aprofundamento do debate sobre racismo na universidade, ao evidenciar que a questão não se limita ao acesso, mas envolve, de maneira decisiva, as condições de permanência, reconhecimento e saúde mental desses estudantes.

Por fim, destaca-se a necessidade de que as instituições de ensino superior assumam um compromisso efetivo com práticas antirracistas, que ultrapassem o plano discursivo e se

traduzam em ações concretas, tais como a criação de espaços de escuta, a formação continuada de docentes e técnicos, a revisão de procedimentos institucionais e a valorização da produção intelectual negra. Somente a partir de tais transformações será possível deslocar a universidade de um espaço de reprodução de desigualdades para um espaço efetivo de democratização do saber.

Assim, este estudo reafirma que compreender o racismo em sua dimensão estrutural e subjetiva é condição indispensável para a construção de uma universidade verdadeiramente inclusiva, na qual sujeitos negros não precisem provar continuamente sua humanidade e sua capacidade, mas possam, enfim, ser reconhecidos como aquilo que sempre foram: produtores legítimos de conhecimento.

Referências

BERLINCK, Manoel Tosta. Psicopatologia fundamental. São Paulo: Escuta, 2000.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DU BOIS, W. E. B. As almas da gente negra. Tradução de Heloisa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.

FANON, Frantz Fanon. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

FÉDIDA, Pierre. O sítio do estrangeiro: a situação psicanalítica. São Paulo: Escuta, 1996.

FREUD, Sigmund Freud. Sobre o narcisismo: uma introdução (1914). In: FREUD, Sigmund. Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GONZALEZ, Lélia Gonzalez. Por um feminismo afro-latino-americano. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

KOLTAI, Catherine Koltai. Política e psicanálise: o estrangeiro. São Paulo: Escuta, 2000.

MBEMBE, Achille Mbembe. Crítica da razão negra. Lisboa: Antígona, 2014.

MUNANGA, Kabengele Munanga. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

NASCIMENTO, Abdias do Nascimento. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

REIS FILHO, José Tiago dos. Negritude e sofrimento psíquico. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. Avaliação, Campinas, v. 19, n. 3, p. 723-747, 2014.

SANTOS, Milton Santos. O espaço do cidadão. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

STAKE, Robert E. Qualitative case studies. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (org.). The Sage handbook of qualitative research. 3. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2005. p. 443-466.

STAKE, Robert E. The art of case study research. Thousand Oaks: Sage Publications, 1995.